

ENSINO DE HISTÓRIA INDÍGENA NA EJA: ROMPENDO COM A VISÃO ENDÓGENA

*Marileide Moutinho Pamponet Lima*¹

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB

*Flávia dos Santos de Oliveira*²

Instituto Federal Baiano – IFBAIANO

Resumo: O presente artigo traz uma análise que tem o intuito de romper com a visão endógena em relação às práticas educacionais presentes no ensino de História Indígena na Educação de Jovens e Adultos-EJA, explicitando a diversidade étnica e cultural que compõe a sociedade brasileira, evidenciadas através do modo de vida social e político, nas formas de subsistência, na relação com o meio e demais grupos étnicos, embasados no objetivo único que é a aceitação da diversidade cultural. A pesquisa se deu a partir das experiências vivenciadas na intervenção realizada em uma turma multisseriada de EJA na Escola do Campo Texana, localizada no município de Itapetinga-Bahia. O objetivo foi refletir e desmistificar alguns estereótipos a respeito do ensino de História Indígena brasileira, discutindo sobre os avanços na Educação indígena e apresentando autores indígenas que compõe obras literárias no Brasil, como Daniel Munduruku (2012) e Gersem Baniwa (2006). A partir dos debates e atividades realizadas com a turma em questão foi possível desmistificar alguns preconceitos entre os alunos problematizando os estereótipos sobre os povos indígenas tanto no imaginário quanto no social, partilhado dentro e fora da escola.

Palavras-Chave: Educação Indígena. Preconceito. EJA.

¹ Mestranda na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) – Brasil; Programa de Pós-Graduação em Educação. E-mail: leidemp@hotmail.com

² Pós-Graduanda em Educação de Jovens e Adultos no Instituto Federal Baiano (IFBAIANO) - Brasil. E-mail: flaviaflavia2010-@hotmail.com

INTRODUÇÃO

No texto História das populações indígenas na escola: memórias e esquecimentos a autora Circe Fernandes Bittencourt (2013), traz a tona o tema integrado a uma tradição no ensino de história sobre os povos indígenas, que são apresentados como meros personagens que aparecem na história no período de colonização e depois disto desaparecem de cena. O texto traz o desmazelo com que a história indígena foi tratada desde o descobrimento do Brasil.

Os povos indígenas sempre foram retratados como povo selvagem, preguiçoso, e visto muitas vezes como animais irracionais. Escritores e livros didáticos pregaram uma imagem negativa a respeito da população indígena. No decorrer do século XX, as representações indígenas oscilaram nas escolas brasileiras “entre a imagem de selvagem, em situação de atraso civilizatório e a de grupo dominado, vítimas pioneiras de uma estrutura econômica capitalista” (Bittencourt, 2013). É importante saber que, até muito recentemente, os livros didáticos disponíveis para o ensino básico corroboravam com uma visão idealizada e romântica do indígena, sempre o associando aos povos originários e ignorando seu contexto atual (Bergamaschi e Gomes, 2012, P. 56).

Verifica-se que muitos autores de livros didáticos pouco mencionaram sobre a riqueza da cultura indígena, se referem aos mesmos apenas quando é citado o período de colonização onde o índio aparece como o ser utilizado para mão-de-obra escrava na segunda metade do século XVII. Foi a partir do ano de 1900 que o historiador João Ribeiro traz uma nova compreensão a respeito do indígena, quebrando a imagem desmoralizada do índio que era visto como raça inferior, representado como alívio e indolente que pouco contribuiu com o desenvolvimento econômico e moral do país.

A partir de algumas experiências vivenciadas no processo que formação acadêmica e na disciplina: Educação, Cultura e Diversidade na Educação de Jovens e Adultos do curso de pós-graduação lato sensu em leitura e produção textual aplicada à educação de jovens e adultos. Que tivemos a oportunidade de desenvolver um trabalho que pudéssemos colocar em prática todo conhecimento obtido na sala de aula sobre esse tema tão complexo e importante para a educação brasileira. Enriquecendo mais nosso conhecimento a respeito da cultura indígena bem como a aplicação da Lei 11.645/08 que altera a Lei 9.394/1996, modificada pela Lei 10.639/2003, a qual estabelece as

diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e cultura afro-brasileira e indígena”.

Dando embasamento para o eixo central de reflexão sobre a nossa prática docente. O texto da referida lei foca principalmente nas questões étnicas e sua inserção no ensino básico:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afrobrasileira e indígena.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileira. (BRASIL, 2008).

Sabemos que lei citada é fruto de lutas dos povos indígenas, que mesmo com muitas dificuldades de reconhecimento e inserção no meio acadêmico científico estão cada vez mais empenhados em desmistificar o ensino e a escrita da história de seu povo. É notória a importância de um estudo desmistificado e realista dos temas em questão em todos os âmbitos educacionais. Trazendo de modo relevante a importância que a história indígena tem para toda nação bem como suas lutas no longo processo da história do Brasil.

No planejamento não objetivamos “conhecer” e sim promover uma reflexão sobre o que já foi aprendido, proporcionando a desmistificar aquilo que muitas vezes se tem por certo. O planejamento tem por finalidade ser um guia, que traz uma proposta de discussão, na qual o tema deve levar em conta as infinitas possibilidades de debate.

A intervenção foi realizada na Escola do Campo Texana, distante 10 km do município de Itapetinga-BA, em uma turma multisseriada na modalidade EJA composta por 18 alunos entre 27 e 60 anos, que frequentam a sala de aula no turno noturno e trabalham durante o dia, a maioria reside em fazendas próximas a escola. O fato de trabalhar com adultos na faixa etária citada, certamente contribuiu para que pudéssemos introduzir o tema de maneira diferenciada em sala de aula, embora sempre considerando os limites e desafios que correspondem à docência nessa modalidade de ensino.

O conteúdo trabalhado em sala de aula com a turma incluía História do Brasil Colonial e história indígena, assim foi fundamental que incluíssemos no plano de aula a ideia de que a história não é uma narrativa de vencedores X vencidos, mas uma série de rupturas e resistências indígenas ao longo de sua história.

Na sala de aula foi trabalhado o gênero textual informativo com construção de cartazes mostrando alguns tipos de hábitos dos povos indígenas, Levando aos alunos a conscientização e conhecimento que uma pessoa não deixa de ser quem ela é, nem perde suas origens com determinadas mudanças e costumes.

Foi trabalhado com os alunos, o vídeo Olhar Indígena de Daniel Munduruku (2012), índio especialista em Filosofia, com licenciatura em História e Psicologia. Na sequência foi feita uma explanação para os alunos sobre as lutas de Daniel Munduruku em defesa do avanço dos direitos indígenas e sua contribuição nos atuais processos de discussões e de construção de políticas públicas no campo da educação escolar indígena. Para finalizar foram apresentadas algumas obras da literatura indígena, o que gerou um momento de uma troca de experiência e conhecimentos com todos presentes.

Para finalizar a intervenção foi trabalhada a poesia 08 de março da índia Potiguá Graça Grauna (2006), que é poetisa, Pós-doutorada em Educação e Direitos Humanos e confeccionados cartazes para serem expostos nas salas de aula da escola com o objetivo de mostrar o estilo de vida do índio e as transformações sentidas e vivenciadas por eles ao longo dos avanços do mundo cada vez mais globalizado, onde os alunos puderam ver que ao se adaptar as transformações do mundo nenhum tipo de indivíduo perde suas origens e cultura.

METODOLOGIA

Este estudo baseou-se no método fenomenológico que consiste em estudar a essência das coisas e como são percebidas no mundo aplicado a uma estratégia qualitativa de pesquisa, de caráter exploratório, por meio de uma pesquisa de campo, ainda foi feita uma investigação a partir de um recorte teórico de diversos autores como Circe Bittencourt, Daniel Munduruku, Maria Aparecida Bergamaschi, dentre outros autores que discutem a história das populações indígenas na escola e como os povos

Indígena brasileiro são tratados ao longo da história do Brasil. Trazendo a importância dos saberes profissionais no processo de atuação profissional.

No que diz respeito aos meios de investigação, optamos pela pesquisa de campo, que, também de acordo com Vergara (2005), é: “investigação empírica realizada no local onde ocorre ou ocorreu um fenômeno ou que dispõe de elementos para explicá-lo”.

Com relação aos procedimentos qualitativos, segundo Creswell (2007, p.184 e 188), eles “se baseiam em dados de texto e imagem, têm passos únicos na análise de dados e usam estratégias diversas de investigação”. Ou seja, o pesquisador vai ao local onde está o entrevistado para conduzir a pesquisa, permitindo envolvimento do pesquisador nas experiências dos participantes. A pesquisa qualitativa é interpretativa e o pesquisador se envolve de forma intensa com os entrevistados. Desse modo abordamos também os critérios para a construção de uma educação igualitária onde a cultura indígena possa ser vista e trabalhada com respeito e com a real importância que o índio tem para o país.

A pesquisa ainda propôs uma investigação a partir de um recorte teórico de autores que discutem sobre textos literários indígenas e a pluralidade cultural. Além de fontes eletrônicas como consultas na internet, artigos e livros disponibilizados pela professora nas aulas. No que diz sobre a pesquisa bibliográfica Gil afirma:

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho desta natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas (2002, p. 48).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Mesmo com a obrigatoriedade que a Lei 11.645 impõe no que se refere ao ensino da história indígena na educação brasileira, essa temática ainda é debatida de maneira muito escassa nas escolas, e quando feita ao que indica os livros didáticos (BITTENCOURT, 2013) os índios são apresentados por uma perspectiva da reprodução de estereótipos. Por isto, a importância de fazer pesquisas com esse cunho, por compreender a centralidade da escola na formação dos sujeitos, das concepções de mundo e do outro.

Foi nosso objetivo investigar como esses estereótipos presentes na sociedade e as formações imaginárias acerca dos índios contemporâneos brasileiros são percebidos pelos alunos de uma das turmas multisseriadas da escola Texana. Por este caminho, optamos num primeiro momento da atividade, evidenciar quais eram os conhecimentos prévios que os alunos traziam a respeito dos índios brasileiros, o que eles sentiam e pensavam sobre esses sujeitos.

Talvez por vergonha ou estranhamento, houve pouco retorno a princípio. Mas, dando prosseguimento a sequência didática apresentamos algumas imagens de vários indígenas exercendo inúmeras atividades, para que a partir delas, os alunos recortassem e colassem nos cartazes se baseando no entendimento do que é Ser índio. A partir deste momento houve uma maior participação por parte da turma, demonstrando que a imagem é uma ferramenta muito importante no estímulo ao questionamento, pois coloca em evidência vários conflitos do que se esperavam que os índios deveriam fazer ou não:

- “Nunca vi índio tomando Coca-Cola” (Fala do aluno).
- “Nem sabia que existia índio funkeiro”. (Fala do aluno).

Utilizando como base de discussão as falas apresentadas pelos alunos, tentou-se desmitificar alguns mitos que conduzem como que os índios podem incorporar diferentes elementos e não deixarem de “ser” índios. A exemplo, o estranhamento na fala dos alunos demonstrando a dificuldade de se pensar que as comunidades indígenas também podem fazer uso dos elementos tecnológicos, como também parte das trocas culturais. Também foi pontuado pelos alunos o uso das câmeras filmadoras nas

imagens apresentadas, o que nos levou a discussão de como o uso de tecnologias como câmeras fotográficas e filmadoras e o acesso à internet também tem servido como ferramenta importante de denúncia na luta contra os abusos e os conflitos de terra nas aldeias.

Ao trabalharmos com a conversação, utilizando variados exemplos de modos de vida da cultura indígena desde o Brasil Colônia até os dias atuais, utilizando como ponte para o cenário atual de lutas e reafirmação cultural, tivemos a constatação que formamos um elo entre a turma de EJA e as docente, de modo que ao trabalhar o componente curricular de história e atualidade, podemos aproximar os alunos de uma

discussão política permitindo a todos refletir sobre os conhecimentos de cada um, sobre os povos indígenas brasileiros, suas práticas sociais e lutas e resistências.

Também fora levado em consideração as especificidades que cada comunidade apresenta diante de outra. Ao apresentamos vários livros sobre diferentes etnias demonstrando que embora os índios tenham um passado comum a história de luta deles, a forma como eles agiram nesse processo de colonização também se deu de maneiras diferentes, mostrando uma outra perspectiva: a do índio que também conta sua história, produz literatura, e usa desse conhecimento para fazer frente as violações de direitos.

Podemos analisar ao mesmo tempo em que gerou uma estranheza ao conhecer algo “novo” sobre um assunto tão “comum”, também foi gerada uma enorme curiosidade em querer saber mais, houve muitas perguntas e muito debate, sem dúvida foi um momento muito satisfatório e de grandes aprendizados.

CONCLUSÃO

Após essa experiência podemos concluir qual o papel que a EJA está assumindo no processo de transformação social e identidade cultural, não trabalhando de maneira que desmitifique o senso comum e os estereótipos reproduzidos nos livros didáticos, pois desde as séries iniciais, as crianças já constroem uma identidade negativa ou muitas vezes romantizada.

Assim, os povos indígenas não são vistos como sujeitos de direitos, suas vontades e especificidades não são respeitadas, imagens são construídas para identifica-

los, pois não se assemelham aos padrões de brancura, são estigmatizados, apelidados e adjetivados negativamente.

Para rompermos com a visão endógena a respeito do processo da história indígena é necessário construir pedagogia descolonizadora desde a infância, para não ocorrer reproduções de desigualdades, em um processo contínuo, trabalhando elementos lúdicos para a construção da identidade positiva para um desenvolvimento saudável. É necessário que as escolas brasileiras tenham uma proposta pedagógica que vão de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para todos os níveis Educacionais, proporcionando condições para que os educandos desfrutem de seus direitos, promovendo igualdade entre os povos.

Apesar de todo esse estudo que trata das questões indígenas e africanas relacionadas à educação, podemos constatar que o maior déficit ainda está no ensino superior, nas disciplinas ofertadas que deveriam contemplar de forma mais abrangente os conteúdos já previstos em lei. Pois não há como exigir professores que abordem em sala de aula conteúdos tão complexos e importantes, previstos em lei, se na maioria das vezes não há a preparação adequada na universidade.

REFERÊNCIAS

BERGAMASCHI, Maria Aparecida; GOMES, Luana Barth (2012). **A temática indígena na escola: ensaios de educação intercultural**. Cidade, Círculo sem Fronteiras, v. 12, n. 1, p. 53-64.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **História das populações indígenas na escola: memórias e esquecimentos**. In: PEREIRA, Amílcar Araújo; MONTEIRO, Ana Maria (Orgs.). Ensino de histórias afro-brasileiras e indígenas. Rio de Janeiro: Pallas, 2013. p. 101-132.

BRASIL (2008). **Lei nº 11.645, de 10 março de 2008. Altera a Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília.

COLLET, Célia; PALADINO, Mariana; RUSSO, Kelly. **Quebrando preconceitos: subsídios para o ensino das culturas e histórias dos povos indígenas**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria; Laced, 2014. 110 p

CRESWELL, J. W. **Projeto de Pesquisa: Métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Porto Alegre. Editora: Artmed. 2ª Edição. 2007. p.184-188



VII Seminário Nacional e III Seminário Internacional Políticas Públicas, Gestão e Práxis Educacional

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Programa de Pós-Graduação em Educação

Vitória da Conquista - BA
e-ISSN: 2596-7613



GIL, A. C. **Como elabora projetos de pesquisa**. 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002.

MUNDURUKU, Daniel. **Olhar Indígena**. Youtube, 01 fev. 2012. Disponível em <
<https://youtu.be/WSyjd4QKsE> >. Acesso em: 17 mar. 2019.

VERGARA, S. C. **Métodos de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2005.